

## A DEGRADAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: UMA CRÍTICA À LUZ DE MÉSZÁROS

Maiara Lopes<sup>1</sup>  
Cristiane Porfírio<sup>2</sup>

*Vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não cumpridas e esperanças amargamente frustradas, que até o momento só se sustentam por uma teimosa esperança.<sup>3</sup>*

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo realizar uma crítica à degradação socioambiental como substrato da ordem sociometabólica do capital e principal face do capitalismo contemporâneo. Em nosso entendimento, a degradação ambiental cumpre, de forma exponencial, a função ideológica de justificar o caráter exponencialmente destrutivo desse sistema como sendo caminho único, inevitável e igualmente benéfico a toda humanidade. Assim, nosso estudo é realizado sob o crivo do pensador marxista István Mészáros, de modo a subsidiar e conduzir nossa perspectiva de análise, na qual reafirmamos a essência revolucionária da teoria marxista e a possibilidade histórica da alternativa socialista.

**Palavras-chave:** Capital. Degradação socioambiental. Alternativa socialista.

### Degradación socioambiental en tiempos de crise del capital: una crítica a la luz de Mészáros.

### Resumen

Este trabajo tiene como reto realizar una revisión de la degradación de la naturaleza como un sustrato del orden social metabólico del capital y principal faceta del capitalismo contemporáneo. Comprendemos que la degradación de la naturaleza cumple la función de justificar el carácter destructivo del capitalismo como camino único, inevitable y igualmente beneficioso para toda la humanidad. Por lo tanto, nuestro estudio se lleva a cabo bajo el escrutinio del pensador marxista István Mészáros, para apoyar y llevar a cabo nuestra perspectiva de análisis, en el que reafirmamos la esencia revolucionaria de la teoría marxista y la posibilidad histórica de una alternativa socialista.

---

1 Graduada em Serviço Social pela Faculdade Cearense (FAC). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE). E-mail: maiaraservicosocial@hotmail.com

2 Doutora em Educação e professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: crisporio@yahoo.com.br

3 Trecho de uma carta de Marx a Engels datada de 08 de outubro de 1858 (*apud* MÉSZÁROS, 2011, p. 37).

**Palabras clave:** Capital. La degradación ambiental. Alternativa socialista.

### **Introdução**

O tempo presente é marcado por profundas transformações que vêm se processando no interior do sistema do capital desde o final do século XX. Tal fato, como já era presumível, vem se constituindo o foco das pesquisas de vários estudiosos, em especial, dos marxistas. Desse modo, a fim de iluminar as reflexões tecidas no presente trabalho, escolhemos o autor István Mészáros – um dos mais significativos expoentes do marxismo dos nossos dias –, que apresenta uma perspectiva radical de análise e respalda nossos argumentos acerca da degradação socioambiental em tempos de crise do capital.

Desse modo, o sobredito autor, em sua obra *Para além do capital*, foi-nos central na fundamentação do objeto aqui perquirido. Entre tantas produções literárias, justificamos nossa escolha pela referida obra, dada a sua magnitude que contemplou boa parte deste estudo. Também lançamos mão de outros autores condizentes teórico-metodologicamente com o entendimento de Mészáros, o qual examina atentamente a crise contemporânea do sistema de sociometabolismo do capital, suas expressões fenomênicas, bem como suas contradições mais irruptivas sobre a sociedade e o meio ambiente.

Tal crise prenuncia o colapso final do sistema vigente, demonstrando, por sua vez, o quanto o futuro da humanidade é incerto. Neste sentido, os indicadores sociais da maioria das regiões do planeta ratificam e apontam que já se vive em meio à barbárie. Assim, a situação é tão imperiosa que não cabe mais pensar no legado que vamos deixar às gerações futuras, mas sim, o que será feito deste tempo. Essa é, portanto, a urgência contemporânea erigida sobre contradições históricas, acerca das quais nos aprofundaremos com maior rigor daqui para a frente.

### **1. O ethos predatório do capital e as palavras de ordem do capitalismo contemporâneo: superexploração, manipulação e extermínio.**

Em princípio, faz-se necessário e oportuno introduzir as primeiras linhas deste texto esclarecendo que, conforme assinala Mészáros (2011), capital e capitalismo, não obstante indissociavelmente relacionados, não se tratam de termos sinônimos. Neste sentido, nos dizeres do autor, o sistema de sociometabolismo do capital estrutura-se a partir de um poderoso complexo formado por capital, Estado e trabalho alienado<sup>4</sup>. Já o capitalismo é uma das formas possíveis de realização do capital, uma de suas variantes históricas, ocorrido pela subsunção real do trabalho ao capital.

Nesse sentido, vale sublinhar, o capital antecede ao capitalismo e é a ele também posterior, pois assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias – de que é exemplo o capital mercantil –, do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, através da constituição daquilo que se denominou de “sistema de capital pós-capitalista”, como aconteceu na experiência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e nos países do Leste europeu. Nestas localidades, embora se admita a ocorrência de uma configuração pós-capitalista, elas não foram capazes de romper com o sistema de sociometabolismo do capital.

Como dito, o sistema de sociometabolismo do capital compõe-se poderoso, abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo supracitado tripé. Tais dimensões são materialmente constituídas e inter-relacionadas, formando assim o edifício do sistema do capital. Logo, é impossível superar tal ordem sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreendem o sistema. Nesta perspectiva, assevera Mészáros, o desafio para emancipar o trabalho é superar o sociometabolismo em sua totalidade.

A relação entre capital e trabalho é de uma contínua e paradoxal dependência estrutural deste último sob o primeiro. Nesse processo, o trabalho reproduz o poder do capital sobre si próprio, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre o corpo social.

---

4 Para Mészáros (2011), o Estado político moderno é entendido como uma estrutura compreensiva de mando do capital, um pré-requisito para sua conversão num sistema dotado de viabilidade para a sua reprodução, expressando um momento constitutivo da própria materialidade do sistema do capital.

Diferentemente das organizações societárias anteriores, que buscavam, em alguma medida, o atendimento das necessidades sociais dos seres humanos, o sistema de sociometabolismo do capital volta-se completamente para o cego atendimento da acumulação de riqueza, materializando-se como um modo de produção incontrolável, no preciso sentido de que não há limites para sua expansão. Neste particular, faz-se oportuno observar com Mészáros que o capital possui defeitos e fraturas estruturais que caminham, de maneira cada vez mais aprofundada, na direção da degradação socioambiental, rumo à finitude da espécie humana e do próprio planeta. Desse modo, o mencionado autor afirma que as bases emblemáticas do capital de *ethos* predatório são: a dimensão expansionista, a incontrolabilidade e a lógica destrutiva.

A respeito da dimensão expansionista do capital, pode-se atestar que não há lugar ou esfera da vida que ele não alcance. E sendo uma das mais potentes estruturas de controle “totalizante”, emergidas no curso da história, trata de tudo a ele adaptar, inclusive os seres humanos, que, do contrário, correm o risco de perecer. Assim, atesta-se o mesmo, o capital impõe seu critério de “viabilidade produtiva” em tudo, desde o microcosmo das relações pessoais mais íntimas até os mais complexos processos de tomada de decisões internacionais e, não por acaso, favorecendo sempre o mais forte sobre o mais fraco.

Sobre sua dimensão incontrolável, é possível afirmar que o capital foi criado pelo homem, mas por fundar-se numa sede voraz de lucro nunca estará saciado, portanto não pode ser controlado. Desse modo, quanto maior a produção do capital, menor o controle sobre ele, o que não significa dizer: 1) que não possa ser superado, erradicado enquanto sistema sociometabólico de produção material e espiritual do mundo dos homens; 2) que essa produção em larga escala permite que todos a acessem, haja vista que mesmo no consumismo mais selvático, é certo que alguns seres têm suas necessidades mais vitais negadas da forma mais despuorada, pois essa é a natureza do capital.

Em relação à lógica destrutiva do capital, que é uma tendência bastante acentuada no capitalismo contemporâneo, é possível definir sua matemática pelo que Mészáros chama de “taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas”, concretizada então pela “obsolescência programada” que reduz drasticamente a vida

útil das mercadorias, agilizando o ciclo reprodutivo do capital. Vale observar que o sistema do capital não trata separadamente valor de uso e valor de troca, mas os trata numa relação subordinante do primeiro sob este último, isto é, na lógica do capital, não importa se a mercadoria adquirida será usada.

Noutras palavras, o sociometabolismo do capital executa com mãos de ferro a primazia das necessidades de sua autorreprodução em detrimento da produção voltada para o atendimento das necessidades humanas. Entretanto, Mézáros (2011, p. 30) adverte que “é possível levar muito longe a destrutividade [do capital], como o demonstram nossas condições de vida cada vez mais deterioradas, mas não é possível estendê-la indefinidamente”. A questão é, até quando a natureza irá suportar?

O autor aponta ainda que, nesse contexto, agudizam-se a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha, ou seja, uma superexploração que combina jornadas de trabalho intensas e extenuantes com a degradação ambiental: a primeira corrobora para o esgotamento prematuro do trabalhador; a segunda, com a degradação crescente do meio ambiente, expressa na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza. Desse modo, conclui que:

Sob as condições de uma crise estrutural do capital, seus conteúdos destrutivos aparecem em cena trazendo uma vingança, ativando o espectro de uma incontrolabilidade total, em uma forma que prefigura a autodestruição tanto do sistema reprodutivo social como da humanidade geral. Como exemplo desta tendência, [...] é suficiente pensar sobre a selvagem discrepância entre o tamanho da população dos Estados Unidos – menos de 5% da população mundial e seu consumo de 25% do total dos recursos energéticos disponíveis. Não é preciso grande imaginação para calcular o que ocorreria se os 95% restantes adotassem o mesmo padrão de consumo (MÉSZÁROS, 2011, p. 18).

As palavras de Mézáros proporcionam razoável compreensão sobre o que aguarda a humanidade mediante a arrogância daquela nação por ele mencionada e que aqui escolhemos evocá-la como “o grande coração do capital”, ou seja, a potência hegemônica do capital que, caso caminemos para um momento da transição para o socialismo, arriscamos dizer, com o mesmo autor, deverá ser a primeira a ser “neutralizada”, pois o socialismo tem de se qualificar como abordagem universalmente viável, incluindo, sobretudo, as áreas capitalistas mais desenvolvidas do mundo.

Outrossim, como bem disse o autor, o momento é de crise, “crise estrutural do capital”, que, cada vez mais agravada, assume a forma de uma crise endêmica, cumulativa, permanentemente crônica e, por conseguinte, irresolúvel – ao avesso da sua conformação anterior, marcada por crises cíclicas, que alternava longas fases de desenvolvimento produtivo com momentos tempestuosos, parafraseando Marx (2011).

Vale acrescentar que se trata de uma crise iniciada em meados dos anos de 1970, que se prende à própria estrutura do sistema do capital e não mais às suas contradições mais superficiais, sendo evidenciada acima de tudo pela queda da taxa de lucros – conforme Marx havia previsto séculos atrás em sua obra *O Capital*.

A novidade histórica da presente crise é apresentada por Mészáros (2011, p. 796) com base em quatro aspectos, a saber: 1) seu caráter é universal, ou seja, não se restringe a esferas ou ramos; 2) seu alcance é global, não se restringe a um conjunto de países; 3) sua escala de tempo, ao invés de limitada e cíclica, é extensa, ou, se preferir, “permanente”; 4) seu modo de se desdobrar é “rastejante”, ao contrário das erupções e dos mais espetaculares e dramáticos colapsos do passado.

A crise de caráter estrutural ocorre sob o fim da era da ascendência histórica do capital. Sua configuração expressa uma crescente frequência das fases de recessão tendendo a um *continuum* em depressão. À vista disso, seus desdobramentos tornam evidente a crueldade desta ordem e deste tempo – ainda que haja inúmeros véus reificadores –, fazendo emergir o espectro da destruição global da humanidade<sup>5</sup>, como bem afirma Mészáros (2011).

Como forma de enfrentamento à crise contemporânea empreende-se um processo denominado de “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996). Tal empreendimento, em síntese, estrutura-se no seguinte tripé: financeirização da economia, reestruturação produtiva e globalização do ideário neoliberal.

---

5 Vale acrescentar que, sob a pressão da crise estrutural ao capital, não mais é possível oferecer qualquer ganho significativo aos trabalhadores. Na verdade, são-lhes tomadas pretéritas concessões, atacando dissolutamente as próprias bases do Estado de bem-estar, assim como as salvaguardas legais de proteção e defesa da classe trabalhadora, através de um conjunto de leis arbitrárias aprovadas sob o modelo democrático (MÉSZÁROS, 2011).

Por financeirização da economia, *grosso modo*, entenda-se a valorização do sistema de sociometabolismo vigente, particularmente em sua esfera financeira, gerando uma riqueza fictícia, à medida que a maximização da riqueza financeira, de cunho meramente especulativo, é superior à esfera produtiva<sup>6</sup>. Dessa dinâmica, impõem-se inúmeras transformações nos processos de trabalho.

Neste sentido, a reestruturação produtiva trata-se de um reordenamento do “mundo do trabalho”, cujos trabalhadores sofrem a generalizada imposição de condições e relações de trabalho cada vez mais precarizadas, manifestas, por exemplo, em subcontratações de cariz *flexível*; no rebaixamento dos seus salários; na rápida destruição/reconstrução de suas habilidades; no retrocesso do seu poder sindical; na polarização de classe, o que interfere diretamente em sua consciência acerca do lugar que ocupam no âmbito da reprodução social; no desmonte da proteção social. Além desses aspectos cruéis, os trabalhadores defrontam-se com a face mais cruel do desemprego crônico-estrutural.

Nesse contexto de remodelamento do trabalho e da produção, emerge um novo modelo de acumulação do capital, chamado por Harvey (2011) de *acumulação flexível*, cujas características, embora se mesquem a alguns traços do padrão anterior – o fordismo –, tornam-se fortes tendências no sentido de acumular riquezas a partir da redução de custos e do aumento da produtividade do trabalho, sobretudo pela intensificação da exploração dos trabalhadores.

Além do mais, no capitalismo contemporâneo, a superexploração do trabalho alheio não se circunscreve apenas à dimensão objetiva, mas também à subjetiva, por esse motivo tem preponderado a manipulação dos sentimentos dos trabalhadores – não obstante a coerção ainda seja bastante presente. Desse modo, vem sendo exigido dos trabalhadores um espírito colaborativo, de parceria para com o capital, passivos, abertos às (constantes) mudanças em curto prazo, dispostos a sofrer riscos, ágeis, competentes diante das muitas pressões cotidianas, com espírito de equipe (mesmo sob um clima de alta competitividade) e autodisciplinados.

---

<sup>6</sup> Ao nosso objeto não interessa esmiuçar do que se trata a financeirização do capital. Por isso, para minimizar quaisquer lacunas que provavelmente existam no entendimento sobre o assunto, consideramos salutar indicar a obra de Chesnais (1996) *Mundialização do capital*, que examina minuciosamente esta feição do capital em sua face contemporânea.

Nesta empreitada, o capital requer um modelo de organização do trabalho que harmonize superexploração objetiva e subjetiva, sendo o mais predominantemente utilizado aquele denominado “toyotismo” (ou modelo japonês), que traz consigo características como intensificação do trabalho através do avanço tecnológico (automação, informatização, robótica etc.); sistema *just in time* (melhor aproveitamento do tempo de produção); produção personalizada; trabalho de equipe; multifuncionalidade do trabalhador, que opera simultaneamente várias máquinas e desempenha várias funções; sistema *kanban* (placas ou senhas de comando para reposição de peças ou estoque); estrutura horizontalizada; produção descentralizada (caracterizada pela “teoria em foco”, que transfere a “terceiros” parte de sua produção), entre outras características (ANTUNES, 2009; HARVEY, 2011).

Como estratégia última, mas não menos importante, de administração da crise, pode-se apontar a efetivação do ideário neoliberal, cuja explicação é dada por Antunes (2009, p. 31-32), o qual, inspirado nas análises meszarianas, observa que, em resposta a essa profunda crise, o capital desencadeia um intenso processo de reorganização do seu sistema político e ideológico de dominação, tendo como contornos mais visíveis “a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal”, seguido ainda de um Estado capitalista que potencializa ao máximo sua intervenção para a reprodução do sistema vigente, tornando-se cada vez mais ausente no atendimento às demandas sociais, nelas intervindo sob moldes focalistas e de extrema seletividade, transformando as políticas sociais públicas da atualidade numa verdadeira “administração da pobreza”.

Como extensão do neoliberalismo, tem-se o neodesenvolvimentismo – em peculiar, no Brasil – que, de acordo com Mota, Amaral e Peruzzo (2012), caracteriza-se pela defesa do desenvolvimento nacional autônomo, mas não deve ser confundido com uma repetição do “desenvolvimentismo” da década de 1960, uma vez que, na versão atual, há o alarde ingênuo ou esquizofrênico (obviamente falacioso) de um projeto nacional que articula crescimento econômico, sustentabilidade e melhoria dos padrões distributivos do país, como se não existisse um intrínseco conflito entre dinamismo econômico capitalista, respeito à natureza e igualdade social.



Desse modo, o discurso neodesenvolvimentista invoca um novo intervencionismo por parte do Estado, atribuindo-lhe um novo papel, proferindo a necessidade de construir pactos sociais (principalmente de cunho classista), conferindo, desse modo, centralidade à solidariedade social em direção ao utópico e inalcançável bem-comum burguês. Para tanto, faz-se imprescindível um mercado fortalecido, por isso a implementação de políticas macroeconômicas que possibilitem políticas industriais e de comércio exterior, cujo fomento sobre a competitividade industrial melhore a inserção do país no comércio internacional. Aliado a isso, estão as políticas compensatórias que, no Brasil, curiosamente, vêm se alastrando, prevalecendo sobre o direito ao trabalho.

Num contexto de crise e de veementes mutações climáticas, os *slogans* do neodesenvolvimentismo não poderiam ser outros que não “justiça ecológica”, “democracia ecológica”, “sustentabilidade”, “economia do cuidado”, entre outros. Justamente por isso, toda empresa, por mais módica que seja, anuncia seu caricato conceito de “responsabilidade socioambiental”, que só tem por significado o fetiche que, na verdade, constitui-se do seguinte modo: ao mesmo tempo em que existem corporações transnacionais que dilapidam o meio ambiente, mercantilizam recursos naturais e minerais até esgotá-los e, com o respaldo do Estado, expulsam os povos originários de seus seculares territórios. Como contrapartida, tais empresas financiam parques projetos sociais de Organizações Não Governamentais (ONG's) de caráter, muitas vezes, duvidoso, fingindo compensar a degradação socioambiental que seus empreendimentos causam, sem esquecer os generosos benefícios tributários por elas desfrutados.

O neodesenvolvimentismo é, portanto, um mito, que, de maneira nenhuma, supera as históricas desigualdades sociais, nem mesmo as minimiza; tampouco supera a devastação acarretada pelas políticas neoliberais. Ao contrário, mantém a concentração de riqueza e perpetua o *apartheid* social. Assim, o que muda são os modos de enfrentar a pobreza através de políticas de inclusão por cotas ou renda mínima, proliferando as políticas compensatórias, principalmente em todo o continente latino-americano, uma vez que é uma das regiões de maior abismo social do planeta. Nesse caso, o Brasil é o exemplo mais representativo, tanto no que toca ao poderio econômico dos poucos ricos do país quanto em relação

ao número de beneficiários do maior programa de transferência de renda do mundo – o Programa Bolsa Família (PBF) –, que, segundo Mota, Amaral e Peruzzo (2012), já atinge a marca de 52 milhões de pessoas.

Tais programas, vale notar, são extremamente elogiados e recomendados pelos organismos internacionais do capital – Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) etc. –, funcionando como poderosos mecanismos ideológicos que, no Brasil, vêm servindo de sustentáculo aos governos que se dizem de esquerda.

É preciso assinalar que, nos termos de Mota, Amaral e Peruzzo (2012), diante das novas circunstâncias históricas, está em curso por parte do capitalismo contemporâneo uma reforma intelectual e moral que visa um amplo consenso de classes, com base na promessa do desenvolvimento nacional que beneficiaria a todos.

A insistência nessa análise não se dá de modo aleatório, mas exatamente porque numa conjuntura crítica como a que vivenciamos agora, em que a alternativa socialista poderia ser bem mais evidente, a tática principal da classe dominante tem sido a de fazer parecer que capital e trabalho não são incompatíveis e têm no Estado um mediador neutro por excelência. Assim, o foco é policiar descontentamentos, estimulando uma convivência pacífica e solidária – leia-se por solidariedade a submissão da classe trabalhadora –, numa verdadeira romantização da sociedade.

Diante desse cenário, faz-se por demais oportuno lembrarmos a lúcida análise de Mézáros (2011), que de forma categórica afirma que qualquer zelo reformista de combate à desigualdade é sempre uma causa perdida, dada a estrutura causal do sistema do capital assentada sobre imperativos estruturais de exploração (re)produtores da pobreza. A partir dessas enxutas e esclarecedoras palavras, afirmamos que o neodesenvolvimentismo é uma fraude.

Sob tal lógica, não haverá, em hipótese alguma, a expropriação dos ricos, mas apenas o aumento da lógica destrutiva do capital, expressa na presença das transnacionais, no agronegócio, no grande latifúndio, na mercantilização da terra e

nos tratados de livre comércio, conforme bem apontam Mota, Amaral e Peruzzo (2012).

Em última análise, ainda de acordo com as autoras supracitadas, pela nova divisão internacional do trabalho, cabe às economias periféricas franquear seu espaço econômico à penetração das grandes corporações internacionais, aceitar a função de “pulmão” do planeta e, ao mesmo tempo, servir de depósito de lixo da civilização ocidental, mesmo que à custa disso exterminem-se a fauna, a flora e os seres humanos mais vulneráveis, como são exemplos os trabalhadores. Trata-se da *destruição produtiva* emblemática do capital avançado, assunto do qual cuidaremos com maior afincio na seção seguinte.

## **2. A destruição produtiva do capital avançado: método da *obsolescência programada* e lógica da descartabilidade.**

No século XXI, a sociedade do capital mundializado é marcada pela exaustão dos recursos ecológicos do planeta, bem como pelas consequentes catástrofes climáticas de proporções intoleráveis. As preocupações ecológicas tornam-se tema de interesse de nações do mundo inteiro, pois o que há pouco tempo podia ser facilmente ignorado ou desqualificado em face da sua total irrelevância econômica, agora ganha empenho universal – e não por acaso. Sugere Mézáros (2011) que a temática do “ambientalismo” foi capturada pelo capital, uma vez que as personificações deste sistema focam em sermões apocalípticos, sem referir nenhuma alternativa que, de fato, solucione o problema da destruição ambiental, simplesmente desviando a atenção das pessoas, suficientemente impressionadas, dos graves dilemas sociais e políticos desencadeadores do caos. Quando muito, surgem alguns movimentos ambientalistas que só trazem mais propostas reformistas, tanto prolixas como inviáveis.

Os países signatários de acordos internacionais comprometem-se, então, com a “recuperação do meio ambiente”, e os custos dessa empreitada, como já era de se esperar, recaem sobre os ombros dos trabalhadores. Na verdade, o que os trabalhadores estão financiando é a manutenção do atual “sistema de expansão da produção de supérfluos” (MÉSZÁROS, 2011). Assim sendo, a população vem sendo

compelida a viver com o mínimo, sem desperdícios, ainda que seja um fardo viver dessa forma, cujo pretexto é a sobrevivência da espécie humana. Contudo, na realidade, o que está em jogo é a continuidade de um sistema econômico que só se esmera em dilatar seus lucros.

Vale reiterar que, neste sistema, uma efetiva proteção ambiental é impraticável, em razão da produção destrutiva do capital. Assim, em seu sentido e tendências mais gerais, o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos. Logo, pode-se perceber a superficialidade da proteção à natureza na presente sociabilidade. Nesta época, práticas produtivas orientadas para a durabilidade devem ser desencorajadas e mesmo inviabilizadas. A qualidade das mercadorias é, então, subvertida, e desperdício e destrutividade acabam sendo os traços mais determinantes da contemporaneidade.

Com efeito, a lógica de aprimoramento do supérfluo força um consumo maior e mais acelerado a todos, inclusive ao empresariado que, devido ao aumento crescente da competitividade e concorrência intercapitalista, tem que inexoravelmente acompanhar as inovações tecnológicas. Pode-se atestar, desse modo, que a incontornabilidade do sistema não atinge só aos trabalhadores, mas a todas as classes, face ao “insaciável apetite canibalesco do grande capital.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 665). Neste sentido, tal sistema é o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, “orientado para a expansão e movido pela acumulação.” (*idem*, p. 100). É preciso que fique claro, portanto, que a tendência à geração de desperdício não é um “desvio” ou uma situação atípica do capital, mas sim que a taxa de utilização decrescente – nos termos do pensador húngaro – atualmente assume uma posição de domínio.

Em síntese, os desdobramentos mais comuns da destruição produtiva do capital avançado são: a poluição por terra, ar e mar; o desmatamento com fins lucrativos e seu conseqüente genocídio e extermínio de diversas espécies de seres vivos; a superexploração de energias fósseis não-renováveis, cujas futuras gerações conhecerão apenas pelos livros – usando de otimismo. Dito isso, para fins de supervalorização do capital, a humanidade é sujeita a uma espécie de “roleta russa”, ou seja, não se sabe até quando perdurará (humanidade que, devido a um alto grau de alienação a que é diariamente submetida e devido à intensa criminalização dos

movimentos sociais, experimenta uma sensação de medo constante que, mais do que despolitiza, paralisa, pois ninguém sabe a quem recorrer ou como proceder diante das novas circunstâncias histórico-concretas). E embora as pessoas não estejam ainda conscientes das potencialidades emancipadoras que lhes são inerentes, muito provavelmente, elas suspeitam que haja algo de errado com esta ordem; de que haja algo de injusto e desrespeitoso com a vida; algo que não está no controle delas, ou seja, dissonante do que apregoa a autoglorificada meritocracia burguesa.

Desse modo, não é difícil imaginar porque algumas pessoas buscam respostas (ou mero conforto) nas religiões. É que a lógica da descartabilidade não está apenas para produtos e mercadorias, mas alcança também as relações sociais, que se veem cultuadas por uma realidade cuja apresentação é fragmentada, superficial, frívola, amemorial, de valores efêmeros, frágeis e, enfim, descartáveis. Esse contexto de incertezas acaba por transpor uma ideia de “pós-modernidade”. Tal conceito é tratado por Harvey (2011) como sendo um discurso ideológico que objetiva estabelecer um consenso social de que há uma nova ordem e que todos devemos a ela nos adaptar. A ideia de “pós-modernidade” é, para o autor, um produto do capitalismo contemporâneo, parte integrante do novo projeto de dominação que visa expropriar cada vez mais trabalho excedente. Neste sentido, tal projeto ídeo-político molda-se nos contornos do atual modelo de *acumulação flexível* do sistema sociometabólico do capital, subsumindo tudo e todos à lógica da descartabilidade que supervaloriza os gostos fugazes da moda e a aparência em vez da essência.

Ademais, dada a sua tendência a solapar qualquer obstáculo e minar qualquer forma de resistência, o metabolismo de controle social do capital tratou logo de se apropriar de um tipo de conhecimento que deveria ter dimensões muito mais filosófico-ontológicas do que histórico-concretas, como, por exemplo, a ciência. Contudo, tamanha é a sagacidade do capital, o conhecimento científico foi posto ao bel dispor desta ordem, servindo mais de amarra do que de “luz no fim do túnel” para a libertação da humanidade. Assim, projetos conflitantes com o sistema são desconsiderados ou reprimidos. Obviamente, projetos a seu serviço são largamente

financiados, bem como legitimados perante a sociedade como sendo aqueles que favorecem o bem-comum.

No capitalismo desta época, a *obsolescência programada* é um dos métodos científico-tecnológicos mais reconhecidos e postos em prática pelo capital, cuja criação detém-se a produtos pouco duráveis e, por consequência, mais baratos, aligeirando o circuito autorreprodutivo do capital. Faz-se mister salientar que o barateamento das mercadorias (belas, porém quebradiças) é reflexo, entre outras coisas, da desvalorização da mão humana que as fabrica.

De mais a mais, com a finalidade de esclarecer qualquer lacuna ou equívoco que, porventura, ocorra a respeito de nossas considerações sobre a relação entre a ordem do capital e a ciência, fazemos nossas as palavras de Antunes (2009, p. 54):

Claro que aqui não se está questionando o efetivo avanço tecnocientífico, quando pautado pelos reais imperativos humano-sociais, mas sim a lógica de um sistema de metabolismo do capital que converte em descartável, supérfluo e desperdiçado aquilo que deveria ser preservado, tanto para o atendimento efetivo dos valores de uso sociais quanto para evitar uma destruição incontrolável e degradante da natureza, da relação metabólica entre homem e natureza. Isso sem mencionar o enorme processo de destruição da força humana de trabalho [...].

Nestas circunstâncias, vive-se um cenário de sucateamento precoce e de subutilização crônica dos valores de uso, numa inclinação à substituição em detrimento da manutenção. Comprar um produto tornou-se mais barato do que consertar, sendo isto, às vezes, até impossível, em virtude de as peças da mercadoria não serem (propositalmente) mais fabricadas. A comum prática do descarte irresponsável tem consequências deletérias para todo o planeta e já manifesta claros sinais.

Isto posto, Mézáros (2011) alerta sobre outra tendência da atualidade, que é a relativização e a legitimação do *luxo* em prejuízo da *necessidade*, havendo uma estreiteza entre prodigalidade e luxo. Este, vale destacar, sem a menor possibilidade de ser generalizável a todas as classes.

Longe de nós querermos entrar numa polêmica definição do que é *necessidade* e do que é *luxo*, arriscamos dizer, para fins didáticos, que *necessidade*

tem a ver com as demandas básicas de sobrevivência do ser humano, tanto as de ordem físico-biológicas (comer, beber água, dormir etc.) quanto as de cunho social (saúde, educação etc.), ou seja, *necessidade* que, não sendo satisfeita, torna o risco de morte iminente.

O *luxo*, por sua vez, é algo que entendemos como secundário à sobrevivência do homem. É algo que, de algum modo, agrada ao espírito, mas é, em última instância, opcional em relação à manutenção da vida.

Importante salientar que *luxo* e *necessidade* são historicamente criados e, portanto, passíveis de serem suplantados a qualquer momento.

Ao que tudo indica, as pessoas encontram-se um tanto confusas em discernir *luxo* de *necessidade*. E de modo algum faz parte da perspectiva deste texto levantar a bandeira mistificadora do “consumo responsável” ou “consumo consciente” ou qualquer coisa do gênero. A questão que levantamos está para além disso: parece haver um descompasso generalizado entre o que é fútil e o que é vital – sendo isto reiterado pelo conflito inerente ao metabolismo social do capital, que faz preponderar em condições arbitrárias o que é capitalisticamente rentável sobre o que é genericamente útil (MÉSZÁROS, 2011).

Neste sentido, quaisquer que sejam as implicações, é a lucratividade que é imperativa e determinante das relações sociais reificadas, e sempre no horizonte de sua exponencial maximização. Desse modo, a vitória do capital é sempre sinônimo de calamidade para o ser humano. Para tanto, a única saída apontada por Marx e reiterada por Mézáros (2011) é colocar em pauta a atualidade e a emergência históricas da alternativa societal socialista/comunista, cuja nova sociabilidade indica uma ruptura radical com o sistema de sociometabolismo do capital e não somente com o capitalismo. Destarte, deve ser um rompimento global e universal, sendo impossível a efetivação do socialismo no âmbito de um só país – como na tese stalinista. Logo, é preciso revisitar criticamente o passado, objetivando não naufragar nos mesmos equívocos.

A complexidade do problema está justamente no estabelecimento de um novo sistema metabólico de controle social que instaure um formato de sociabilidade

humana autodeterminada, o que implica um rompimento integral com o sistema do capital da produção de valores de troca e do mercado.

Neste sentido, o pensador húngaro afirma que a dificuldade central da transição está em encontrar um equivalente racionalmente controlável e humanamente compensador das funções vitais da reprodução social, cuja realização dá-se pelo sistema de intercâmbio produtivo, no qual é preciso assegurar finalidades conscientemente escolhidas pelos indivíduos sociais, assegurando a estes a plena realização de si mesmos como sujeitos sociais e não como meras personificações ora do capital, ora do trabalho.

Nessa nova forma de sociabilidade (ou novo sistema de sociometabolismo reprodutivo), a atividade humana deverá se estruturar sob o princípio do tempo disponível, num modo de controle social autônomo, autodeterminado e autorregulado.

Aqui se faz necessário abrimos um parêntese: é imperativo advertir com Mézáros que qualquer tentativa de superar o sistema de sociometabolismo do capital que se restrinja à esfera institucional e/ou parlamentar está impossibilitada de derrotá-lo e, portanto, fadada ao fracasso. Somente um vasto, radical e extraparlamentar movimento de massas será capaz de destruir o sistema de domínio do capital em sua totalidade.

A transição para uma sociedade verdadeiramente emancipada exige, como condição elementar de sucesso, a progressiva devolução dos poderes alienados de decisão política ao ser social. Sem que se readquiram esses poderes não será concebível o novo modo de controle político do conjunto da sociedade pelos mesmos, nem a operação diária não conflitante e, portanto, agregadora e planejável das unidades produtivas e distributivas pelos produtores associados autônomos.

Desse modo, Mézáros (2011) assevera ainda que o maior desafio do “mundo do trabalho” e dos movimentos sociais que têm como núcleo fundante a classe trabalhadora é criar novas formas de atuação, autônomas, capazes de articular intimamente as lutas sociais e, além disso, eliminar o fosso, introduzido pelo capital, entre os sindicatos que realizam a ação econômica e os partidos que



realizam a ação político-parlamentar, unindo assim a esfera reprodutiva material à esfera política. Tal divisão deve ser superada porque em muito favorece ao capital, uma vez que fratura e fragmenta ainda mais o movimento político dos trabalhadores.

A descrença na alternativa socialista por parte de muitos é até compreensível visto os inúmeros mecanismos ideológicos que apregoam a intransponibilidade da ordem do capital. Contudo, na intenção de tornar mais palpável a possibilidade de transpor esta ordem, o autor justifica que

[...] enquanto o capital depende absolutamente do trabalho – no sentido de que o capital inexistente sem o trabalho, que ele tem de explorar permanentemente –, a dependência do trabalho em relação ao capital é relativa, historicamente criada e historicamente superável. Em outras palavras, o trabalho não está condenado a ser permanentemente contido no círculo vicioso do capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 30-31).

Ademais, o autor ratifica a necessidade de ir além do capital elegendo, pelo menos, quatro grandes contradições do sistema que assolam a humanidade, assolando suas condições de existência, a saber: 1) o antagonismo entre o capital transnacional e os Estados nacionais, que continua irreconciliável, apesar dos ansiosos esforços das personificações do capital no domínio político para tornar palatável o impulso para a “globalização” sob a hegemonia de um punhado de “jogadores globais”; 2) os desdobramentos catastróficos das práticas produtivas do capital “avançado” sobre o ambiente natural, tendendo à destruição completa das condições mais básicas da reprodução sociometabólica; 3) a incapacidade total do sistema do capital de corresponder ao desafio irreprimível da liberação das mulheres da igualdade real, expondo assim a vacuidade da forma tradicional de tratar o problema da desigualdade por meio de concessões formais/legais esvaziadas de sentido e recheadas de hipocrisia e machismo, expressas através da promessa de “oportunidades iguais”, por exemplo; 4) o câncer do desemprego crônico-estrutural que tem devastado a sociedade mesmo nos países do capitalismo avançado, ridicularizando o consenso “liberal-conservador-trabalhista” posterior à Segunda Guerra Mundial que proclamou o “pleno emprego numa sociedade livre”.

Fato notável é o de que, mesmo diante de todos esses argumentos, ainda existem, e não são poucos, os ideólogos defensores da insuperabilidade do capital, os quais assumem uma postura que varia entre um otimismo exacerbado e um cinismo conveniente – sem mencionar a excepcional dedicação dos líderes políticos

ao avanço dos ditames do capital. Nesse contexto, propaga-se uma cegueira generalizada, extremamente conduzida, que impossibilita grande parte da humanidade de perceber outro tipo de sociabilidade. Cai-se, então, num fatalismo, numa impressão constante de inalterabilidade. Cede-se ao macabro convite para a resignação, a adaptabilidade e a dócil aceitação “do futuro que vier”.

Desse modo, atesta Mészáros, a ordem do capital é eternizada e proclamada como a única alternativa racionalmente sustentável no “mundo real”, algo bastante legitimado, inclusive, pela acrítica concepção de *imutável natureza humana egoísta*. Esse “mundo real” gerido pelo capital, no entanto, é um mundo totalmente fictício onde, não por acaso, todos os defeitos estruturais e os antagonismos explosivos do mundo que concretamente se vive são negados ou delirantemente desconsiderados. De mais a mais, pura ilusão de reformar o irreformável e humanizar o inhumanizável.

Dito isto, sob a lógica do capital, espera-se que os homens finjam que as classes e suas imanentes contradições não existem mais, ou que, se existem, pouco importam. Assim sendo, nesta perspectiva, o único rumo viável é ignorar ou oferecer explicações que desafortadamente negam as evidências da instabilidade estrutural do sistema, empurrando para debaixo de um tapete imaginário os problemas crônicos e os sintomas da crise (cada vez mais agudos em direção à barbárie) que, diariamente, a ordem social escancara aos olhos de todos.

Sob tal lógica, há um desprezo oportunista pelos fatos concretos da realidade, como, por exemplo, fazer da exploração predatória dos recursos humanos e materiais do planeta em benefício de uns poucos países, uma condição não generalizável; uma exceção à regra; uma mera eventualidade. Validando esse pensamento estão as obras, documentos e até mesmo legislações escritas pelos cânones apologistas do capital, textos estes que poderiam muito bem constar na seção da “mitologia” em bibliotecas e locais afins, pois, em sua maioria, não condizem com o real, mas apenas com a sua representação mais otimista.

Neste sentido, as desconcertantes reversões que a humanidade testemunha no presente século somente são inteligíveis se reavaliadas em meio ao quadro mais geral do sistema do capital global, isto é, a partir do momento em que

esse sistema passou a subjugar o mundo, irradiando alienação através da degradação do sujeito real da produção, que é transformado em mero fator material de produção, bem como do sentenciamento do trabalho à condição de objetividade reificada.

A alienação capitalista impõe desumanidades e sofrimentos absolutos à maioria dos povos, especialmente nos chamados países do “Terceiro Mundo” ou países “Em desenvolvimento” – curiosamente, um desenvolvimento que nunca pode ser atingido, pois é a marca da total e perpétua subordinação em relação aos países do “Primeiro Mundo”, os quais não são nada menos que os grandes representantes da ordem vigente.

Em última análise, não consideramos desnecessário repetir que a saída para tantas imposições e constrangimentos é, segundo Mészáros (2011, p. 984), a transcendência do capital rumo a outro metabolismo de controle societal, sendo a alternativa socialista/comunista a mais hegemônica das propostas, uma vez que é dotada de tamanha lucidez. E longe de qualquer determinismo, reiteramos com o autor que “A resposta dependerá de nosso sucesso ou fracasso na criação dos necessários movimentos estratégicos, e instrumentos capazes de assegurar uma efetiva transição para uma sociedade socialista [...]”. Afinal, a história não acabou, pelo contrário, continua sendo diariamente escrita pelas mais diversas singularidades da espécie, que, mesmo sob as mais deploráveis condições materiais e espirituais, teimam em tecer fios invisíveis que os costuram ao gênero humano.

### **Considerações finais**

Durante a tessitura deste trabalho, esperamos ter esclarecido algumas questões fundamentais relativas ao pensamento de Mészáros, a respeito da corrente sociabilidade e seus desdobramentos, como a degradação socioambiental.

Neste sentido, vale retomar que capital e capitalismo não se resumem a mesma noção, pois capitalismo é a particular fase da produção de capital na qual a produção para a troca é dominante, a força de trabalho é concebida como mercadoria, a busca pelo lucro é a força reguladora fundamental da produção, a

mais-valia extraída é expropriada pelos capitalistas e, perante seus imperativos econômicos, a produção do capital tende à integração global.

Já o capital, que é tanto anterior como posterior ao capitalismo, mantém seu domínio através dos imperativos materiais que circunscrevem as possibilidades da totalidade do processo vital, da divisão do trabalho e dos vínculos das sociedades pós-revolucionárias com o sistema global do capitalismo.

Dito isto, recobramos que a contemporaneidade é assinalada por uma crise de caráter estrutural devido a diversos fatores, tais como o fim da expansão de um sistema que se deparou com as suas contradições mais explosivas, as quais estão assentadas sobre o expansionismo, a incontornabilidade e a lógica (auto)destrutiva características do capital. Tal sistema se ocupa de impor seu critério de “viabilidade produtiva”, ocasionando uma devastação socioambiental de proporções globais que, sob a égide da mesma ordem, não se pode parar, muito menos retroceder.

Como forma de enfrentamento à crise, é posto em marcha um empreendimento denominado de “mundialização do capital”, o qual se ancora na financeirização da economia, na reestruturação produtiva e na globalização neoliberal, cujos principais corolários são a superexploração do trabalho coletivo, a manipulação da subjetividade da humanidade, sobretudo da classe trabalhadora, e o extermínio de inúmeros seres vivos, bem como dos valores éticos, estimulando a barbárie – tudo em nome da lucratividade.

Nesse contexto, vêm sendo retomadas estratégias políticas que negam as contradições onipresentes do metabolismo do capital, de que é exemplo o neodesenvolvimentismo, o qual se define por ser uma conjugação de hostilidade e consenso. Em essência, é uma proposta fajuta, dado o antagonismo estrutural irreconciliável entre capital e trabalho.

Este é, portanto, um novo tempo, baseado no desperdício e na destrutividade sem precedente na história humana, sendo fortes e perceptíveis os seus impactos sobre o meio ambiente.

Além disso, houve a apropriação indébita da ciência como instrumento de reprodução e valorização do capital, através, principalmente, do método da *obsolescência programada*.

Na mesma perspectiva está a lógica da descartabilidade, que não determina a existência apenas dos bens e produtos, mas alcança também as relações sociais. O resultado é um mundo de pessoas isoladas, desesperançadas e, devido ao elevado nível de alienação existente, cruéis e violentas umas com as outras. E, em prejuízo à afetividade, o dinheiro torna-se a mediação fundamental, reificando a genericidade do homem.

Por fim, a saída não poderia ser outra que não o socialismo/comunismo, o qual, longe de ser um devaneio filosófico, conforme afirmam os apologistas do capital, é, sem sombra de dúvida, uma possibilidade histórica real de transformação radical. E, se é exigida uma razão vital para se ir além do capital, é a necessidade realmente inevitável de fazê-lo no interesse da conservação da humanidade e do planeta.

O capital não tem limites. Por isso, questões como o combate à destruição da natureza, ou outras, não podem ser integradas e incorporadas de maneira resolutiva pelo capital e seu sistema de sociometabolismo. As efetivas possibilidades de realização devem se articular ao potencial emancipatório do trabalho, convertendo-se, desse modo, em movimentos emancipatórios dotados de uma questão específica indissociada do processo de emancipação humana. Do contrário, são meros discursos esvaziados quando proferidos sob esta sociabilidade. São intenções, e disso não passam, o que, em última instância, torna legítima e urgente a alternativa do socialismo/comunismo, a qual é balizada pelo revolucionário marxismo ontológico – o marxismo autêntico.

### Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. [10 reimpr, rev. e ampl.] São Paulo: Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do trabalho).

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 21 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MÉSZÁROS. István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete, AMARAL, Ângela e PERUZZO, Juliane. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012. pp. 153-178.